

# BOLSONARO É VÍTIMA DO LAWFARE

Mais uma narrativa engavetada. Semana passada, a Polícia Federal revisou o inquérito sobre suposta interferência na corporação durante o governo Bolsonaro e concluiu, pela segunda vez, que não há provas de qualquer crime. O relatório técnico, produzido agora sob a atual gestão de um indicado de Lula, reforça o que já havia sido apurado anteriormente: não existem elementos que justifiquem a imputação penal. Mais uma vez, uma acusação grave, que circulou por anos nos meios de comunicação, desmorona por falta de lastro. Perseguição pura.

Ao longo dos últimos anos, investigações de alto impacto midiático contra o ex-presidente Jair Bolsonaro foram arquivadas ou encerradas sem que se comprovasse qualquer irregularidade. O caso do cartão de vacinação, por exemplo, que gerou grande repercussão, foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2025, a pedido da Procuradoria-Geral da República, por insuficiência de provas. Da mesma forma, a investigação sobre as joias recebidas pelo governo brasileiro teve pedido de arquivamento pela PGR em março de 2026, diante da ausência de elementos concretos.

Outras acusações amplas, como supostas omissões ou condutas durante a pandemia, uso indevido de órgãos públicos, ou ainda alegações genéricas de atentados à ordem democrática, também foram arquivadas pelo Ministério Público Federal por serem consideradas inespecíficas, sem prova documental mínima ou baseadas apenas em percepções políticas e matérias jornalísticas.

O padrão se repetiu: denúncias bombásticas, vazamentos frequentes, manchetes impactantes e, na hora da análise técnica e serena, a conclusão de que não havia materialidade para sustentar as imputações.

Não se trata aqui de ignorar o papel das instituições, que devem investigar quando necessário. Mas quando sucessivas apurações técnicas, realizadas inclusive por órgãos sob diferentes gestões, chegam ao mesmo resultado — a inexistência de provas —, fica evidente que muitas dessas narrativas serviram mais para desgastar politicamente do que para esclarecer fatos. Trata-se, na verdade, de um claro caso de lawfare: o uso seletivo e sistemático do aparato jurídico como arma política para enfraquecer um adversário.

Bolsonaro governou o país em um período de grandes desafios, com decisões que geraram debates legítimos, como é natural em qualquer democracia. No entanto, o volume e a intensidade das investigações demonstram um tratamento desproporcional. O ex-presidente que venceu eleições contra forte oposição e que continua sendo figura central no debate político brasileiro nunca recebeu o mesmo rigor isonômico aplicado a todos.

Cada arquivamento reforça a percepção de que Bolsonaro foi alvo de uma perseguição sistemática, onde o aparato jurídico foi utilizado para enfraquecer um adversário incômodo.

Jair Bolsonaro foi, e continua sendo, injustiçado pelo establishment. Cada narrativa que cai é mais uma evidência de que o ex-presidente enfrentou não apenas oposição política, mas um esforço sistemático e coordenado para criminalizá-lo. A seletividade sobre tudo que se refere a Jair Bolsonaro revela, mais uma vez, o quanto o debate público ainda está distante de uma verdadeira isonomia. Enquanto as acusações são amplificadas com estardalhaço pela mídia, os arquivamentos passam quase despercebidos. Essa é a face mais clara do lawfare: não basta investigar, é preciso também controlar a narrativa.

- **Arquivamentos sucessivos:** Investigações encerradas por falta de provas e ausência de materialidade.
- **Narrativa midiática:** Acusações amplificadas com grande repercussão e pouco lastro técnico.
- **Uso político da Justiça:** Aparato jurídico como instrumento de desgaste e enfraquecimento político.

